

História e Ciência Política: o fenômeno político na perspectiva da institucionalismo histórico

Larissa R. V. de Arruda*

Resumo

O conceito de política é estudado muito antes da Ciência Política se constituir como disciplina e o fenômeno tem sido apreendido por diferentes campos, tais como a História, a Sociologia e a Antropologia. Mas a História e a Ciência Política, embora tenham diversos outros objetos de estudo, têm em comum a preocupação com a história política e o fenômeno político na história. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva discutir uma visão da Ciência Política sobre a relação da política e história através da teoria do institucionalismo histórico. Para essa abordagem, a história pode ser determinante para continuidade de uma trajetória e os processos devem ser analisados ao longo de períodos evidenciando possíveis padrões e impactos causais. Para isso, pretendemos discutir obras clássicas como a definição de instituições de Douglas North, bem como relevantes interpretações sobre instituições em longos períodos de tempo para Robert Putnam, Charles Tilly e Theda Skocpol. Mais do que discutir a natureza dos objetos das disciplinas, esse trabalho se propõe acrescentar no debate das interpretações sobre o fenômeno político.

* Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: larissa.rodrigues_vacari_de_arruda@kcl.ac.uk

Área temática: 16. Política e História

“Trabajo preparado para su presentación en el 9º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Montevideo, 26 al 28 de julio de 2017.”

I- Introdução

Estudos sobre fenômenos políticos são de longa data e bem conhecidos, por exemplo, a Política de Aristóteles e O Príncipe de Maquiavel. Diversos livros clássicos constituíram-se antes da Ciência Política se formar como um campo do conhecimento. Em um primeiro movimento nessa consolidação, na década de 1940, os chamados Institucionalistas inspiravam-se na Filosofia e no Direito; tais autores se especializaram nas regras das Constituições e tinham centralidade nas instituições (Peres, 2008, p.54). Contudo, a escola não conseguia explicar fenômenos como o nazismo e fascismo e acabou perdendo forças.

Um segundo movimento que influenciou a Ciência Política foi o chamado Comportamentalismo, que se opunha ao Institucionalismo. Preocupados com objetividade, metodologia e utilizando ferramentas de vários campos do conhecimento, o Comportamentalismo relegava um papel submisso a Ciência Política, negando seu status científico. O auge do Comportamentalismo foi nos anos 1950.

No final dos anos 1960, estudiosos do chamado Neoinstitucionalismo criticaram e incorporavam o repertório de ambas escolas. O Neointitucionalismo reconhecia no antigo Intitucinalismo a importância das instituições; todavia, criticava sua falta de cientificidade e empiria. A segunda influência, do Comportamentalismo herdou o rigor metodológico e a orientação empírica da pesquisa; mas rejeitava a utilização de métodos de outras ciências, assim como defendia a cientificidade da Ciência Política (Peres, 2008).

A ênfase na relevância do contexto institucional, metodologia e empiria, numa Ciência Política autônoma capaz de oferecer explicações marcam a corrente. Para autores como Hall e Taylor (2003) existem três vertentes de Neoinstitucionalismo, o Sociológico, Histórico e da Escolha Racional. Embora autores como Crouch (2005) refutam essa divisão, pois as três abordagens se assemelham a ponto de não se diferenciar; considerando Hall e Taylor (2003), o Institucionalismo da Escolha Racional insiste na importância dos contextos institucionais para explicar a ações dos indivíduos, atitudes sempre vistas como racionais. Assim, as regras do jogo limitam, constroem e coagem o leque de possibilidades para ação de um determinado ator. A interpretação não considera outras variáveis como a cultura, crenças, valores, etc., recebeu muitas críticas por essa razão.

O Institucionalismo histórico seria mais complexo que o da Escolha Racional (Hall and Taylor 2003), já que considera maior número de variáveis. Os autores do institucionalismo histórico mostram como a história pode ser determinante para continuidade de uma trajetória. Acreditam que os processos devam ser analisados ao longo de períodos evidenciando possíveis padrões e impactos causais (Pierson e Skocpol 2002).

Para a escola, a história não é uma cadeia de fatos independentes, existindo nexos causais entre períodos. Tal relação entre eventos, torna-se compreensível com auxílio do conceito de path dependency, que ressalta os fatores de um momento histórico determinando variações ou resultados políticos. Nesse sentido, “eventos passados influenciam a situação presente e a história conta” (Fernandes 2002, p.83). Ou seja, se um país optar por não mais seguir um determinado percurso, enfrentará altos riscos e barreiras ao trilhar uma outra direção. Assim, quanto maior o tempo em determinado caminho ou direção mais difícil a mudança de sentido.

Finalmente, a terceira abordagem, o Neoinstitucionalismo Sociológico é a mais complexa das três. Também enfatiza as instituições, mas considera instituições uma gama maior do que simplesmente as regras formais, tais como símbolos, esquemas cognitivos, modelos morais, etc. A escola considera a cultura como uma instituição, rompendo a dicotomia anterior entre instituição e cultura (Hall and Taylor 2003).

No Brasil, a constituição da Ciência Política se dá em pleno diálogo com esse debate que ocorre nos Estados Unidos. Tanto Lamounier (2006) como Lessa (2011) destacam que já existia no país um pensamento político que datava do século XIX e que foi importante para a constituição da disciplina. Ainda segundo o Lessa, o Pensamento Político Brasileiro constitui-se de intelectuais isolados que praticaram o chamado Ensaísmo histórico-sociológico. O Ensaísmo abordava temas de natureza política utilizando narrativas Históricas, Sociológicas, Literárias, Filosóficas e Econômicas, foi predominante entre os anos 1930 a 1960 no país, representados pela Escola Paulista de Sociologia e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB (FORJAS, 1997).

Em meados da década 1970 a Ciência Política firma-se enquanto disciplina, com cientistas integrados aos temas e padrões norte-americanos, defendendo a autonomização da política em relação a outras disciplinas. Contribuiu para este processo a formação dos departamentos de Ciência Política e das agências de fomento à pesquisa; em 1960 foi criado o departamento da disciplina na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG e em 1969 o da Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro -

IUPERJ, da Universidade Candido Mendes. Assim, Lessa (2011) acentua que antes de 1964 (início da Ditadura Militar) a política no Brasil era percebida como efeito de dinâmicas sociais e históricas amplas, no pós-1964 ela passa entender a autonomia dos fenômenos políticos e institucionais. Muitos cientistas políticos brasileiros vão estudar nos Estados Unidos como: Fabio Wanderley Reis, Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho (FORJAS, 1997). A autora destaca que houve sim incorporações da Ciência Política norte-americana, entretanto um pensamento crítico por parte desses autores e também pela própria Universidade de São Paulo-USP, os manteve vinculados com a Filosofia, História e Sociologia, além dos estudos sobre o Pensamento Político Brasileiro.

Diante das diferentes abordagens sobre fenômeno político por parte da História quanto da Ciência Política; e somado ao fato de América Latina apresentar diferentes trajetórias de formação das Ciências Sociais, assim como de percepção do mesmo fenômeno, é relevante destacar e problematizar a interpretação do neoinstitucionalismo histórico já que a escola apresenta uma resposta sólida diante dos tênues limites e polêmicos debates sobre objetos e fronteiras das disciplinas. Mais interessante é apreender como autores de obras clássicos - Robert Putnan, Charles Tilly e Theda Sckopcol- lidaram com a relação entre Ciência Política e História? Tendo em vista essa questão de pesquisa, o objetivo do presente trabalho é discutir uma visão da Ciência Política, do institucionalismo histórico, acerca da relação entre as duas referidas disciplinas. Para isso, primeiramente, será apresentado o que é a escola em si, como se formou e sua relação com os demais institucionalismos, da *rational choice* e o sociológico. Por fim, a discussão sobre as obras clássicas de Charles Tilly (*Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992*, 1992), Robert Putnan (*Making Democracy work: civic traditions in modern Italy*, 1993), e Theda Sckopcol (*States and Social Revolutions. A Comparative Analysis of France, Russia, and China*, 1979).

II- Institucionalismo Histórico

Em Ciências Sociais, o uso da abordagem histórica a fim de entender os fenômenos sociais foi muito utilizado. Por exemplo, autores como Marx, Tocqueville, Weber, Polanyi and Schumpeter (Pierson 2004; Steinmo, 2008). Cada vez mais, desde que o Neointitucionalismo, especialmente o histórico, emergiu na Ciência Política; os pesquisadores defendem a importância da história. Uma vez que todos processos e

eventos são historicamente localizados, é necessário analisar seu contexto (Tilly 2009). “Placing politics in time” é um avanço para a compreensão do fenômeno político. Além disso, processos temporais “influenciam a origem e a transformação das instituições” (Fioretos, Falleti and Sheingate 2016, p.1).

Steinmo (2008) destaca que a história importa, pelo menos, por três razões. Primeiro, pois os eventos políticos ocorrem em contextos históricos. Por exemplo, industrialização; o **quando** afeta **como** o país se industrializou, ou seja, se um país se industrializou primeiro terá vantagens frente aos demais. Segundo, a história ajuda entender os contextos complexos com suas múltiplas variáveis culturais, políticas, sociais e econômicas; nos quais uma decisão feita no passado afeta as escolhas futuras. Finalmente, a história também molda as expectativas que estimulam previsibilidade do comportamento humano.

Em comum, as três versões do neoinstitucionalismo – histórico, *rational choice* e sociológico (Hall and Taylor 2003) – acordam com a centralidade das instituições moldando os comportamentos e resultados políticos. De acordo com Douglas North (2011, p.3), ‘institutions are rules of the game in a society’, ou seja, as instituições são normas de comportamento, convenções e códigos de conduta que moldam as interações humanas. Assim, as instituições ‘reduzem a incerteza’ e os indivíduos não precisam se questionar sobre as escolhas simples do dia a dia, já que todas as estruturas das opções são ofertadas pelas instituições. Sobre história, North postula que ela importa, não apenas devido ao fato do futuro e o presente serem conectados pelo passado, mas porque “today`s and tomorrow`s choice are shaped by the past. And the past can only be made intelligible as a story of institutional evolution” (North 2011, p. VII).

Pierson e Skocpol (2002) acrescentam três características relevantes do Neoinstitucionalismo histórico. 1) Agendas substantivas. O escopo das pesquisas geralmente são grandes; por exemplo, longo períodos temporais, temas ou comparações entre países. 2) Argumentação temporal. A história não é utilizada como pano de fundo, como elemento a compor um quadro mais elevado, e sim faz parte da explicação. 3) Atenção voltada para contextualização e configurações. Em suma, os institucionalistas históricos se auto denominam ter significantes perguntas de pesquisas com importância para o mundo real. Eles consideram as sequencias temporais, as transformações e os processos; levam em conta múltiplas variáveis, instituições e feitos combinados no tempo.

Para os cientistas do neoinstitucionalismo histórico, ‘history is not a chain the independents facts’ porque existem processos causais entre períodos (Steinmo 2008, p.66), o que leva ao conceito central de *path dependence*. Um evento ou processo ocorre no tempo, através de *positive feedback* ou *self-reinforcement* o que significa incentivo para trilhar na mesma trajetória, assim, o evento continua se repetindo mesmo que o primeiro acontecimento que iniciou toda a rota não ocorra mais. Conseqüentemente, é muito mais fácil permanecer no mesmo caminho do que optar pela mudança, já que mudar envolve altos custos para reverter o primeiro caminho escolhido (Pierson 2004; Skopcol 1995; Steinmo 2008; Tilly 2009). Em outras palavras, por exemplo, se um país escolhe determinadas medidas econômicas, mas eleições ocorreram e os governantes mudaram toda a política econômica, eles irão enfrentar altos riscos e barreiras para trilhar por outra direção; devido ao fato que as instituições condicionam as interações e envolvem estabilidade. Resumindo, ‘scholars share a basic understanding of the concept as describing a situation in which reversing a trend (or path) becomes more difficult over time’ (Fioretos, Falleti and Sheingate 2016, p.11).

Então, a maioria dos pesquisadores das três vertentes (Mahoney and Thelen 2009) convergem na percepção de que as instituições implicam em persistência. Dado que instituições consolidadas dão pouca margem para mudança, já que as alterações são custosas para os indivíduos; os institucionalistas prestaram menos atenção da temática da mudança institucional (Crouch 2005). Contudo, mesmo que as instituições pressionem e limitem as mudanças, o fato é que elas ocorrem.

Da mesma forma que a *path dependence*, a mudança institucional vem sendo nas últimas décadas uma importante agenda do neoinstitucionalismo histórico. Estudar a mudança institucional é relevante já que ‘(it) shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change’ (North 2011, p.3). Dessa forma, o institucionalismo histórico é uma abordagem para comparar as mudanças institucionais através de períodos (Hall and Taylor 2003), (Crouch 2005), (Steinmo 2008). Alguns autores dedicaram-se sobre a questão, sob um ponto de vista econômico, North postula que o agente da mudança é o indivíduo empreendedor e a mudança envolve modificação nas ‘rules, norms, and enforcement that constitute the institutional framework’ (North, 2011 p. 83). Por outro lado, a estabilidade é definida como limitações impostas pelas instituições em um arranjo hierárquico em que a cada nível é mais difícil de reverter as modificações feitas anteriormente; além disso, as regras formais e informais são consideradas nessa configuração.

Nesse mesmo esforço de analisar a mudança institucional, Margaret Levi (1991) fez significativa contribuição sobre o assunto. A autora admite que a mudança institucional é algo custoso, uma vez que as instituições são feitas por indivíduos e, estas instituições limitam os mesmos indivíduos e as futuras gerações. É importante destacar a definição de instituição da autora, segundo a qual as instituições contêm e criam poder. Portanto, quem exerce o poder tem condições de manter os arranjos institucionais e transformar as instituições indesejáveis. Segundo Levi, a mudança institucional é alteração nas regras ou nas formas de sua implementação. Dada sua definição de instituições formais como regras socialmente construídas que refletem na distribuição de poder, as “instituições formais tornam-se suscetíveis à mudança na medida em que essa distribuição mude (de poder)” (Levi 1991, p.84). Assim, a desobediência é uma arma para os mais fracos usarem contra os poderosos, desde que a obediência é importante para a estabilidade institucional.

Um modelo interessante de mudança institucional é desenvolvido por Mahoney e Thelen (2009), quando os autores estudam mudanças institucionais que ocorrem aos poucos. Ao contrário de estudos que focam em mudanças rápidas, tais como revoluções (Skopcol 1979); Mahoney and Thelen (2009, p.2) analisam circunstâncias, tais como mudanças nas constituições, sistemas e arranjos, que ‘shift in more subtle ways across time’. Antes dos autores formularem o modelo de análise de mudança institucional, eles afirmam que a mudança institucional resulta ‘when problems of rule interpretation and enforcement open up space for actors to implement existing rules in new ways’ (Mahoney and Thelen 2009, p.4). De fato, as instituições contêm dentro delas a probabilidade de transformação que permite mudanças na distribuição de poder.

Diante da apresentação sobre a perspectiva do institucionalismo histórico, podemos avançar e discorrer sobre os autores referidos. Embora apenas Theda Skopcol se defina como institucionalista histórica (2003); Robert Putnam e Charles Tilly utilizam o institucionalismo histórico, assim como conceito de *path dependence*. Além disso, Tilly (2009) faz combativa defesa da importância da história para análises de fenômenos sociais.

III- Clássicos de cientistas políticos: o uso da história

Como vimos anteriormente, para o neoinstitucionalismo histórico dado que os fenômenos políticos são historicamente localizados, é necessário ao cientista político considerar a história em suas explicações. Então, deveria o cientista social se diluir no

trabalho do historiador? Para os institucionalistas históricos a resposta é não. Contudo, Tilly (2009, p.433) nos adverte que “I would, it is true, welcome company in the thinly populated no man's land at the frontiers of history and political science.” Apesar da dificuldade da definição de objeto, Tilly pontua que a História tem suas próprias peculiaridades e procedimentos; o autor delimita que os historiadores concentram-se nas questões que privilegiam as relações de tempo e de espaço, definindo problemas em termos específicos em tempo e espaço, mesmo quando se trata de história mundial. Embora possa existir exceção, os cientistas políticos não se preocupam tanto com tempo e espaço, se preocupam mais com certos processos (democratização, etc), instituições (partidos políticos, Democracia, etc) e tipos de eventos (transformações no Estado, etc). Tilly finaliza argumentando que os cientistas políticos devem continuar se deter nesses processos, mas para fazê-lo de forma efetiva devem levar em contar a história.

O próprio Charles Tilly trabalhou com amplo aspecto de temas em sua vasta obra com mais de 30 livros publicados. Tilly tratou da formação dos Estados nacionais, transformações macroestruturais, metodologia, movimentos sociais e sociologia histórica (Alonso e Guimarães 2004). Como cientista que atuou nessas fronteiras tênues, Tilly recorrentemente esteve duplamente filiado aos departamentos de sociologia e política ou sociologia e história de diversas prestigiadas universidades americanas, como Columbia. Cursou sua graduação em Harvard no departamento de Relações Sociais, com doutorado em Sociologia em na mesma universidade. A formação do autor, durante os anos 1950 ápice do Comportamentalismo, faz parte de uma época em que as Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e a Sociologia, não tinham a delimitação e definição dos objetos de hoje. Quando o neoinstitucionalismo vigorou a partir dos anos 1970, a proposta era a autonomia da Ciência Política das demais Ciências Sociais. Tilly nunca aderiu a proposta e foi um vigoroso pesquisador de vários campos científicos, tais como Historia, Ciência Política e Sociologia.

Embora Tilly defendesse a utilização de outros campos do conhecimento, o que difere da proposta do neoinstitucionalismo para a Ciência Política, sua obra fundamentada na importância da história para a compreensão de fenômenos políticos corrobora algumas defesas do neoinstitucionalismo. Por exemplo, como os institucionalistas históricos, Tilly também percebeu a importância das sequencias, uma vez que a ordem que os eventos ocorreram afeta os resultados. “eventos anteriores eliminam ou abrem as possibilidades para eventos posteriores” (Monsma, 1996). Como por exemplo, colonização. Ter sido uma Colônia; quando e como o processo

descolonização ocorreu importam para compreensão da realidade atual de América Latina e África. Tilly (2009) também defendeu a importância da utilização do conceito de *path dependence*, além de utilizar uma análise contextual considerando múltiplas variáveis, tais como cultura, linguagem, categorias sociais de semelhante maneira que os neoinstitucionalistas históricos. Portanto, sua trajetória e obra constitui-se relevante caso para o presente trabalho. A obra de Tilly a ser tratada será *Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992*, publicada em 1990.

Tilly realizou intensa pesquisa em diversos países, mobilizando documentação, aprendizagem de línguas e mergulhando na história dos Estados, cidades-estados e Impérios europeus; todo imenso trabalho culminou em uma teoria da formação do Estado moderno. Tilly (1996) inicia sua obra definindo os Estados “como aquelas organizações que aplicam coerção, distintas de famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios” (Tilly 1996, p. 46). Nesse sentido, cidades-estados, impérios e teocracias são formas de Estados; por outro lado, tribos, linhagens, firmas e igrejas não se constituem Estados.

Nessa perspectiva, os Estados existem pelo menos 6000 anos segundo achados arqueológicos, mas escritos relatam sua presença giraria em torno de 8000 anos. Pela maior parte da história a presença de Estados nacionais foi algo raro, uma vez que as sociedades preferiram se organizar em cidades-estados e impérios. Tilly (1996, p.47) faz uma interessante distinção entre Estado-nação (*nation-state*) e Estados nacionais (*national state*). Os Estados nacionais são “aqueles governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciados e autônomas”; enquanto que o Estado-nação é “um estado cujo o povo compartilha uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica.” Nesse sentido, Grã-Bretanha, França e Alemanha são Estados nacionais, mas nunca foram Estado-nação.

Tilly tem como questão de pesquisa entender como a partir de 990 d. C. a 1990 os estados europeus resultaram em estados tão diferentes, apesar das direções de mudança serem semelhantes as trajetórias foram distintas. Para isso, o autor elaborou sua teoria sobre coerção e capital, segundo a qual as diferentes combinações de coerção e capital resultaram em diferentes tipos de estado. O Capitalismo se desenvolveu na Europa depois de 1500, sendo seu ápice em 1750, a acumulação e concentração de capital produziram cidades. As cidades são os locais perfeitos para os capitalistas. O capital gera emprego, atrai pessoas e crescimento urbano.

Se o *locus* do capital são as cidades, o da coerção¹ é o Estado. O capital implica em um domínio de exploração, enquanto a coerção em um campo de dominação. Os meios de coerção têm se concentrado nas Forças Armadas e seus especialistas foram os soldados e proprietários rurais. A coerção pode se acumular – quando existem muitos meios de coerção, mas eles estão dispersos – e se concentrar – quando existem poucos meios de coerção que se concentraram em poucas pessoas. Quando a acumulação e concentração dos meios coercitivos ocorrem juntos produzem Estados.

A partir de 900 a.C., a Europa viu formar-se três tipos de Estados:

1) Impérios: almejavam recolher tributos. Tiveram um amplo aparelho militar, mas deixavam a administração local para aqueles que governassem a região.

2) Sistemas de soberania fragmentada como as cidades-estados e as federações urbanas: eram sistema de cooperação não muito duradouro, mas conseguiam atuar na guerra e extrair tributos. Por causa de sua fragmentação, o aparelho de estado era frágil.

3) Estados nacionais: uniram e centralizaram diversas atividades como a militar, a administrativa e a extração de recursos.

Assim, Tilly mostra como a formação do Estado europeu não foi isolada, pois as três formas existiram por grande tempo. Os impérios dominaram a história dos Estados, geralmente se formaram pela combinação de concentração alta de coerção, mas baixa de capital. Enquanto que os sistemas de soberania fragmentada tinham altas acumulações de capital e baixa concentração de coerção. Numa posição intermediária dessas duas combinações, ficaram os Estados nacionais, se formaram para a guerra. Tilly faz três classificações dos tipos de Estados nacionais que se formaram na Europa, através de diferentes combinações de coerção e capital:

1) Intensa coerção: governantes retiram os “meios de guerra”, ou seja, os recursos para realizar guerra das suas populações. Mas proprietários armados detinham poder considerável que conflitava no funcionamento. Exemplos: Brandemburgo, Prússia e Polônia.

2) Grande inversão de capital: os governantes estavam presos aos seus ricos capitalistas para conseguir os meios de guerra. Fizeram guerra, mas sem desenvolver organismos estatais. Exemplos: Genova, Dubrovnik, Holanda, Catalunha.

¹ A coerção compreende toda aplicação combinada – ameaçada ou real- de uma ação comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano. (Essa definição desajeitada exclui o dano não-intencional, indireto e secreto)” (Tilly 1995, p. 65).

3) Coerção capitalizada – a terceira combinação é intermediária, pois ocorreu um pouco de cada das outras duas. Foi necessário esforço para incorporar os capitalistas e o capital foi investido em estruturas de estado. Os detentores de coerção e capital conviveram em relativa igualdade. Ex: França e Inglaterra.

Colocando os fenômenos políticos na história e observando as trajetórias dos Estados nacionais, Tilly pode desenvolver sua teoria de formação dos Estados europeus. Desde o prefácio o autor esclarece que não tem a pretensão de explicar a formação de Estados fora da Europa, nem o livro almeja apresentar a história fato a fato de cada Estado; talvez como o próprio autor denomina sua “neurose criativa” e “compulsão por sistematização”, somados aos grandes números de exemplos históricos tornem o livro uma extensa leitura de 355 páginas. Inegável é a contribuição do autor para as Ciências Sociais, trabalhos que avançaram em diversas questões como sobre os Estados, movimentos sociais e metodologia científica, mais relevante, a sua proposta de ciência. Apresentado esse significativo trabalho, podemos seguir para a próxima obra de Robert Putnam, *Making Democracy work: civic traditions in modern Italy* ou Comunidade e Democracia a experiência da Itália moderna.

Robert Putnam é professor de Ciência Política na universidade de Harvard, com formação pela universidade de Yale. Putnam é conhecido pela utilização do conceito de capital social. O termo faz analogia ao capital econômico, já que:

Assim como capital convencional no caso dos mutuários convencionais, o capital social serve como uma espécie de garantia, estando porém disponível para os que não tem acesso aos mercados de créditos regulares. Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes na verdade empenham suas relações sociais. Assim o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados (PUTNAM, 2006, P.178-9).

O livro de Putnam publicado em 1993, é fruto de vinte anos de pesquisas na Itália, quando o autor pode acompanhar o desenvolvimento institucional das diversas regiões italianas. O governo unitário da Itália, em 1970, resolveu pôr em prática dispositivo constitucional que permitia uma certa descentralização dividindo o país em vinte regiões, embora não se constituísse um Federalismo, já que os estados de uma Federação têm mais autonomia. Com o passar dos anos, Putnam notou severas diferenças de desempenho institucional² entre o Norte, mais desenvolvido e com

² “O que entendemos por desempenho institucional?... Nesse estudo, o conceito de desempenho institucional baseia-se num modelo bem simples de governança: demandas sociais – interação política – governo – opção política – implementação” (PUTNAM, 2006, P.24).

espírito cívico³, e o Sul, menos desenvolvido e pouco espírito cívico. A Emília Romana, no Norte, tinha ótimos índices nas avaliações de desempenho institucional, enquanto que a Calábria e a Pietrapertosa se equivaliam, nos anos 1970, ao Terceiro Mundo. O autor descobriu que a diferença entre as regiões tinha profundas raízes históricas, uma vez que a península italiana se constituía de várias cidades-estados por muito tempo (na classificação de Tilly, um Estado de soberania fragmentada) e com formação do Estado nacional tardio.

Em sua aclamada e criticada obra, Putnam utiliza as vertentes de neoinstitucionalismo, o histórico e da *rational choice*. Mas em sua busca incansável para domar os dilemas italianos, Putnam não se esquivou de utilizar as mais diversas metodologias, além de considerar a história também utilizou métodos antropológicos e comportamentais. Sobre o neoinstitucionalismo histórico, corrobora afirmações que as instituições moldam a política e as instituições são moldadas pela história. Segundo Putnam, sua pesquisa confirma os dois pontos. Tomando instituições como variável independente, o autor mostra como a mudança institucional italiana implementada nos anos 1970 alterou a forma como os atores se comportavam, especialmente os conselheiros regionais, bem como padrões de profissionalização e de carreira política. Em um segundo movimento, agora considerando instituições como variável dependente, o autor mostra como o desempenho institucional foi moldado pela história. Além disso, Putnam expõe ainda que o desempenho prático do dia a dia das instituições é dependente do contexto social em que elas atuam.

A fim de saber como as mudanças nas instituições formais alteram o comportamento político, o autor realizou pesquisa com as equipes das regiões italianas e encontrou resultados interessantes. Na década de 1970, a Itália tinha fortes identidades regionais, cidades e prefeitos fortes. O Estado unitário, burocrático e centralizador italiano cedeu maior autonomia as regiões quando a reforma foi implementada naquela década. Depois de certa luta das regiões com centro por recursos, finalmente, as regiões tiveram maiores competências, tais como a responsabilidade por toda assistência médica e hospitalar. Passadas as duas décadas, Putnam encontrou significativas mudanças, pois

³ A “comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (PUTNAM, 2006, P.30-1).

as regiões ficaram poderosas⁴, e o cargo de conselheiro regional tornou-se mais importante do que o de prefeito. Os resultados mostraram que conselheiros eram políticos em ascensão, competentes, altamente profissionais. Entre 1970 e 1980, 70% dos conselheiros se elegeram para o parlamento nacional. Então, o cargo de conselheiro marcava uma etapa importante entre o político amador e o profissional. Putnam encontrou uma regionalização da política italiana e tal mudança institucional alterou a elite política, já que se verificou uma tendência de despolarização e postura pragmática para questões públicas por parte dos conselheiros. Em suma, “a nova instituição regional fomentava entre seus membros um pragmatismo tolerante e colaborativo” (PUTNAM, 2006, P.52).

Através da avaliação do desempenho institucional dos governos regionais, a pesquisa comparou a habilidade dos governos se manterem no poder, independentemente das configurações do Parlamento nacional; deliberação e implementação de políticas, considerando as inovações e imitação destas inovações por parte das demais regiões. As regiões com bom desempenho, isto é, com gabinetes estáveis, que tem planejamento e execução dentro do prazo, que oferecem serviços para os seus cidadãos tais como creches, clínicas, empréstimos e também respondiam prontamente quando indagadas; são em maioria da região Norte, por exemplo, Emília Romana, Lombardia, Úmbria, Toscana. Por outro lado, as com baixo desempenho eram da região Sul, como a Puglia, Campanha, Calábria, Molise.

Putnam avalia várias possíveis explicações para a diversidade italiana. A primeira delas refere-se à modernização socioeconômica, segundo a qual governos democráticos dependem de configuração social e economia estável. Consequentemente, outro sintoma de uma Democracia satisfatória seria a existência de uma classe média. A interpretação de que a Democracia depende de uma economia estável, segundo Putnam, ainda não explica o caso, pois o governo nacional italiano distribuía mais dinheiro para as regiões sulistas que as nortistas. Ainda mais significativo, as regiões mais ricas como Lombardia, Piemonte e Liguria não apresentam o melhor desempenho, em primeiro lugar estava a Emília Romana, região mais pobre que as três referidas. Do mesmo modo, Campanha era mais rica que a Basilicata e Molise, mas essas duas apresentam

⁴ Em 1991, foram extinguidos ministérios nacionais importantes como Educação, Saúde, Assuntos Sociais, Assuntos Urbanos transferidos para as regiões. 70% orçamento das regiões provinham do orçamento nacional (PUTNAM, 2006, P.75).

melhor desempenho. Portanto, o desenvolvimento econômico, embora importante, não explicaria completamente o bom empenho institucional.

Qual seriam, então, as causas da diferença de desempenho institucional das regiões italianas? Para Putnam, a resposta está nas comunidades cívicas, que seriam grupos imbuídos de espírito público constituídos por cidadãos ativos que se preocupam com questões de interesse comunitário. Autores republicanos, como Maquiavel, já postulavam que o êxito ou o fracasso das instituições dependem dos cidadãos, pois cidadãos não virtuosos propiciam sociedades disfuncionais. A cidadania é a participação nos negócios públicos e o interesse pelas questões coletivas. Assim, o fator que explica um bom desempenho institucional é a existência de uma comunidade cívica, de cidadãos preocupados com seu governo. Outra questão levantada pelo autor é por que o Norte conta com uma comunidade cívica mais forte que as regiões do Sul? A razão estaria na história da península.

A história italiana é a chave para a compreensão do enigma da diferença entre Norte e o Sul. Em plena idade média, no Norte da Europa existiram cidades-estados (Florença, Veneza, Bolonha, Genova, Milão) que eram comunas autônomas com vigorosa tradição de comunidade cívica. As comunas nasceram de associações para mútua ajuda entre vizinhos a fim de se proteger e estabelecer cooperação econômica. Elas não estavam ligadas ao poder público. Diferentemente, no Sul, tendo como capital a Sicília, o império autocrático normando não permitia nenhuma liberdade comunal. No século XVII ocorreu uma refeudalização da península, já que desde o século XVI França e Espanha lutavam pelos territórios hoje italianos. Enquanto que as relações clientelísticas persistiram no Sul, a comunidade cívica permaneceu no Norte. Putnam conclui afirmando que as diferenças cívicas são mais constantes do que as diferenças econômicas na história das regiões.

Putnam finaliza o livro afirmando que a história facilita algumas trajetórias e obstrui outras; ainda mais, a história e o contexto social condicionam o desempenho institucional dos governos. Destaca algumas lições da pesquisa: uma comunidade cívica tem profundas raízes históricas e a história institucional costuma mudar lentamente. Essas últimas afirmações da obra corroboram com o institucionalismo histórico, pois nesse cenário as instituições são tão resistentes que deixam pouco espaço para mudança. O livro foi aclamado pela riqueza dos achados e oportunidade única de acompanhamento de uma reforma institucional desde o início, além da explicação inovadora através do conceito de capital social. Mas também recebeu críticas e até

mesmo descontentamento por parte dos governos regionais sulistas, pois apontaram que o livro indicava poucas possibilidades de melhorias para as realidades sulistas. O fato da variável independente ser ao mesmo tempo a dependente não convenceu alguns cientistas políticos, pois as instituições explicam a mudança dos atores, simultaneamente, as instituições são explicadas pela história italiana. Ainda assim, é incontestável a riqueza da pesquisa realizada, o ponto de referência que o livro se tornou e a inovação do conceito de capital social para os demais trabalhos posteriores.

Discutido os pontos centrais dos livros de Tilly e Putnam, podemos nos deter no livro de Theda Skocpol. A autora é graduada na Michigan State University em 1969, seu doutorado foi defendido em 1975 na universidade de Harvard, fruto de sua tese, em 1979, o livro *States and Social Revolutions, A Comparative Analysis of France, Russia, and China* foi publicado pela Cambridge University Press. Skocpol (1995) abertamente se define como institucionalista histórica, participando de eventos, publicando e dialogando com os demais autores da escola.

States and Social Revolutions analisa o caso da Revolução Francesa (1787-1800), em que os Bourbons deram lugar ao regime Napoleônico; o caso da Revolução Rússia (1917-1921), na qual os Romanovs foram substituídos pelo regime stalinista; finalmente, a Revolução chinesa (1911-1949) quando a dinastia Manchu foi trocada pela regime Sino-Comunista na década de 1950. Para compreender essas revoluções denominadas sociais, a autora considera fundamental as relações de classe, estruturas estatais e a interação dos desenvolvimentos internos e externos através do tempo.

O conceito elaborado de revoluções sociais significa que mudanças rápidas ocorreram nas estruturas tanto de classe quanto do Estado. As mudanças das estruturas sociais coincidem com levantes que tem como base a luta contra as configurações de classe estabelecidas, além da coincidência de transformações sociais e políticas (SKOCPOL, 2015, p.4). Diferentemente, as rebeliões podem não envolver mudanças estruturais. No mesmo sentido, uma revolução política muda as estruturas do Estado, mas pode não resultar em mudanças nas estruturas sociais já que não necessariamente envolve um conflito de classe; igualmente, industrialização pode transformar as estruturas sociais sem envolver alterações nas estruturas do Estado. Assim, o que faz a revolução social ser única é consequente mudança das estruturais políticas e sociais. Skocpol admite o conceito se apoia em Marx, mas faz distinções entre revolução política, revolução social, revoltas e processos de industrialização, o que atualiza os conceitos com as novas realidades práticas. A autora ainda insiste que os conflitos de

classe são a chave para entender as revoluções sociais, embora eles sozinhos não consigam explicar todo o fenômeno; a análise deve ser complementada pelas ideias de conflito político (*political-conflict theories*).

Além disso, Skocpol estabelece e defende sua perspectiva de estudo das revoluções chamado de *Structural Perspective*. As revoluções sociais devem ser analisadas de uma perspectiva estrutural, considerando contextos internacionais, ao mesmo tempo, os desenvolvimentos internos. Até então, as formas mais comuns de análise de revoluções são a 1) marxista, segundo a qual as revoluções emergem dos modos de produção baseados na divisão de classe, transformado um modo de produção em outro através da luta de classes; 2) *aggregate-psychological theories*, representado por Ted Gurr e que almeja explicar revoluções segundo motivações psicológicas, assim, os indivíduos fazem revoluções por estarem descontentes; 3) *system\value consensus theories*, cujo representante é Chalmers Johnson. A corrente explica revolução como violentas respostas dos movimentos ideológicos causando um desequilíbrio no sistema social; e 4) *political-conflict theories*, tendo como expoente Charles Tilly com a obra *From Mobilization to Revolution* (1978). Para a quarta vertente, o conflito entre governo e movimentos organizados deve ser o centro da investigação das revoluções.

Sobre *political-conflict theories*, segundo Tilly (1978) não importa o quanto a população esteja desapontada com seus governos, conforme os teóricos da segunda e terceira isso bastaria para a revolução ocorrer; somente quando as pessoas se organizam em movimentos é possível militar na atividade política. Tilly recusa fazer a violência seu objeto de análise, ao contrário, seu objeto é a ação coletiva, ou seja, o ato das pessoas se unirem e juntas buscar interesses comuns. As revoluções para Tilly são casos especiais de ação coletiva.

Segundo Skocpol, as quatro teorias têm a mesma forma de considerar as revoluções. Primeiro, elas acreditam que as mudanças sociais aumentam descontentamento, desorientação, além de novas classes e grupos potenciais para mobilização coletiva. Então, surgem movimentos de massa que através de uma ideologia e organização comprometem-se a derrubar o governo e até mesmo toda a ordem social estabelecida até então. Nenhuma das abordagens questionam essas premissas. Finalmente, o movimento toma o poder das autoridades ou classe dominante e implementa o seu programa. Segundo Skocpol, o problema dessa visão é que ela entende que a ordem social reside num consenso da maioria em que suas necessidades são atendidas; para a autora essa visão é um tanto ingênua já que os movimentos

raramente começam com a consciência do propósito revolucionário. Ao contrário, as situações revolucionárias emergem de crises políticas do Estado e das classes dominantes.

Um ponto defendido pela perspectiva estrutural de Skocpol são os relacionamentos transnacionais. As revoluções sociais estão relacionadas ao desigual desenvolvimento econômico capitalista, interligando a formação dos Estados-nação numa escala global. As modernas revoluções sociais têm ocorrido apenas em países com desvantagens nas relações entre Estados na perspectiva mundial.

Além disso, para a autora algumas explicações excluem o caráter das estruturas políticas, já que as revoluções começam com uma crise política e os teóricos veem esse fato apenas como a faísca para a revolução. Consequentemente, a luta política pode ser reduzida aos conflitos e forças socioeconômicas. Para Skocpol, o Estado não é apenas a arena a qual os interesses sociais e econômicos travam disputam, conforme marxistas (segundo a qual o Estado representa a dominação coercitiva) e os liberais (em que o Estado é a autoridade legítima baseada no consenso). O Estado não é visto como uma organização em si mesmo, e sim como algo criado e manipulado pelas as classes dominantes. Para Skocpol é necessária uma abordagem centrada no Estado, pois crises políticas levam a revoluções sociais decorridas de contradições nos Estados. Assim,

We can make sense of social-revolutionary transformations only if we take the state seriously as macro-structure ... It is, rather, a set of administrative, policing, and military organizations headed, and more or less well coordinated by, an executive authority. Any state first and fundamentally extracts resources from society and deploys these to create and support coercive and administrative organizations ... Moreover, coercive and administrative organizations are only parts of overall political systems. These systems also may contain institutions through which social interests are represented in state policymaking as well as institutions through which nonstate actors are mobilized to participate in policy implementation. Nevertheless, the administrative and coercive organizations are the basis of state power as such (SKOCPOL, 2015, p.29).

Nesse ponto, Skocpol ao dar relevância as estruturas estatais se posiciona como institucionalista, assegurando a autonomia da variável política como explicação dos fenômenos em detrimento das outras variáveis possíveis sociais, culturais e econômicas. Portanto, a autora defende que para a análise das revoluções é preciso considerar não apenas as relações de classes, mas também as relações entre Estados e a relação de determinado Estado com suas classes dominantes e subordinadas. Dado que seu objetivo é entender rupturas e surgimento de novos Estados, não é possível apenas

considerar movimentos sociais, como faz Tilly; e sim as condições internacionais, por um lado, e estruturas de classes e o interesse politicamente organizado, de outro lado.

Igualmente é importante destacar o método utilizado por Skopcol, o chamado *Comparative historical analysis*. A análise histórica comparada já foi muito utilizada pelas Ciências Sociais, por autores como Stuart Mill, Tocqueville, Marc Bloc e Barrington Moore. O método é apropriado para explicação de fenômenos macro históricos uma vez que existem poucos casos e muitas variáveis, como as revoluções sociais. O método funciona mediante a tentativa de se estabelecer possíveis causas para o determinando fenômeno investigado; assim, é possível estabelecer que vários casos têm em comum o fenômeno, chamado por Mill de Método do Acordo. Outra forma é contrastar os casos que o fenômeno pode ser explicado e testar hipóteses causais em ambos, Mill os denominava Método da Diferença. Então, o objetivo da análise histórica comparada é estabelecer as causas das revoluções.

O método é excelente para poucos casos que compartilham algumas similaridades. França, Rússia e China foram tratados como três casos de bem-sucedidas revoluções sociais. Em todos os casos, Estado e estrutura de classes eram antigas e não tinham sido alteradas por dominação colonial. As três revoluções foram a erupção e culminam com a consolidação de um Estado revolucionário que fazem dos países completas experiências de revolução social. A autora trata os três casos como comparáveis pois eles compartilham similaridades nos seus Antigo Regime, nos seus processos revolucionários e nos seus resultados. As três ocorreram em ricos e politicamente ambiciosos Estados, nenhum deles nunca foram subjugados como Colônias, eram burocracias autocráticas que se confrontaram com competidores militares economicamente mais desenvolvidos. Nos três exemplos as relações exteriores mediarão crises somados as condições estruturais internas, o que acarretou em paralisia do governo central, rebelião das classes baixas, e tentativa de tomada de poder por lideranças proveniente das massas a fim de consolidar o poder revolucionário. Em todos os referidos países, o resultado revolucionário foi um Estado centralizado, burocratizado, com incorporação da massa, resultando em grande poder na arena internacional.

A obra de Skopcol foi considerada um clássico e amplamente reconhecida, Tilly (1990) em seu *Coerção, Estados e Capital* a cita e referencia como obra pioneira nos estudos comparados. Além disso, Skopcol continua sendo referência para as gerações posteriores de institucionalistas em todo o mundo, lecionando em Harvard e escrevendo

sobre temas importantes para realidade atual norte-americana, por exemplo, educação e as mudanças nas políticas públicas provocadas pelo presidente Obama.

IV- Conclusão

Os três cientistas sociais norte-americanos tratados tiveram suas formações marcadas pelo debate de constituição e delimitação de objeto da Ciência Política. Como fruto de seus respectivos momentos históricos, Charles Tilly iniciou sua graduação na década de 1950 a finalizando em 1958, momento auge do Comportamentalismo, segundo o qual as metodologias de várias Ciências deveriam ser utilizadas e a Ciência Política seria dependente e subordinada às demais. Enquanto que os cientistas políticos Robert Putnam e Theda Skocpol, mais jovens, iniciaram suas trajetórias na década de 1960 as finalizando na década de 1970, assistiram ao nascimento, corroboraram e aprofundaram o novo Institucionalismo, crítico ao Comportamentalismo. Tais diferenças de perspectiva do que venha a ser Ciência e de método é a raiz da crítica de Theda Skocpol (1979) a obra de Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (1978). Para autora, Tilly focaliza a ação coletiva em detrimento das relações políticas a serem verificadas na estrutura do Estado, o que faltaria nas diversas abordagens sobre revoluções. Ao dar relevo central para utilização da variável política na explicação, a autora firma-se como institucionalista.

Mesmo diante da crítica da autora, é impossível descreditar a importância da obra de Charles Tilly para a Ciência Política, assim como considerar que a única forma de Ciência Política é a proposta pelo novo Institucionalismo. No Brasil e mundo vários autores não se filiaram completamente a proposta, que embora tenha o mérito de elevar ao status científico a disciplina, alguns problemas de pesquisa necessitam de complementação de outras metodologias, conforme o fez Robert Putnam.

Em comum, os três autores consideram de fundamental importância a utilização da história como elemento de explicação dos fenômenos políticos, independente das suas diversas filiações e defesas científicas. Nas três obras, a história não foi utilizada apenas como um pano de fundo, como um elemento complementar a somar na cena principal; pelo contrário, foi elemento chave da explicação. Através do estudo da história dos Estados nacionais, cidades-estados e impérios europeus durante 990 d. C. até 1990, Charles Tilly pode formular sua teoria de formação dos Estados resultantes de diferentes combinações de capital e coerção. Robert Putnam encontrou na história a explicação para o quebra cabeça italiano, já que longas tradições comunitárias legaram ao

Norte da Itália uma comunidade cívica; enquanto que no Sul a autocracia normanda subjugou tais liberdades, conseqüentemente, a herança foi uma política pessoal e clientelística em que os cidadãos pouco se preocupam com o coletivo e a comunidade em que estão inseridos. Similarmente, Skopcol utilizou os casos históricos de França, Rússia e China para traçar as similaridades e diferenças dos processos revolucionários que acarretaram em Estados centralizados e com grande papel no cenário internacional.

O dilema das indefinições de objetos, tênues limites e fronteiras do estudo dos fenômenos políticos por parte da História e Ciência Política pode seguir sem entendimento entre as partes; aqui tentou-se abordar uma possível resposta, a do neoinstitucionalismo histórico utilizando obras primas relacionadas a interpretação. A escola mesmo tendo algumas limitações, tem relevante contribuição, isto é, ressaltar que a variável política também conta para o para a compreensão dos fenômenos em questão. Mais interessante do que uma discussão sobre qual variável detém a primazia explicativa – social, econômica, política, histórica- é levar em conta todas, assim, abarcaríamos maiores complexidades.

Referências Bibliográficas

Alonso, Angela, & Guimarães, Nadya Araujo. (2004). Entrevista com Charles Tilly. *Tempo Social*, 16(2), 289-297. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000200012>

Crouch, Colin. (2005): *Capitalist diversity and change: recombinant governance and institutional entrepreneurs*. Oxford: Oxford University Press.

Fernandes, A. S. A. (2002) Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 53, p. 79-102.

Fioretos, Orfeo. Falleti, Tulli G. Sheingate, Adam (2016): *Historical Institutionalism in Political Science*. In Orfeo Fioretos, Tullia G. Falleti, and Adam Sheingate (eds). *The Oxford Handbooks of political science. The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press.

Forjaz, Maria Cecília Spina. (1997) A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, Oct. 1997

Hall, Peter A. and Taylor, Rosemary C. (2003): ‘As três versões do neo-institucionalismo’, *Lua Nova NR*. (58): pp.234-267.

Lamounier, Bolivar. (2006) *Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma interpretação*. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições*, vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Lessa, Renato. (2011) “O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista”. In: . (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla.

Levi, Margaret. (1991): ‘Uma lógica da mudança institucional’, *Dados NR*. (34): pp. 79-99.

Mahoney, James and Thelen, Katheleen. (2009): *Explaining Institutional Change*. In Mahoney, James and Thelen, Katheleen(eds). *Explaining Institutional Change. Ambiguity, Agency and Power*. Cambridge: Cambridge University Press.

Monsma, Karl. (1996) Apresentação. In Tilly, Charles. (1996) *Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992*. São Paulo: Edusp. p.355

North, Douglas. (2011): *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

Peres, P. S. (2008) *Comportamento ou Instituições? A Evolução histórica do neo – institucionalismo da ciência política*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23,n.68, p.53-192.

Pierson, Paul and Skopcol, Theda. (2002): ‘Historical Institutionalism in Contemporary Political Science’, in: Katznelson, Ira and Milner, Helen V. (eds) *Political Science: State of the Discipline*. New York: W.W. Norton. pp. 693-721.

Pierson, Paul. (2004): *Politics in Time. History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

Putnam, Robert. Leonardi, Robert. Nanetti, Raffaella. *Comunidade e Democracia a experiencia da Itália moderna*. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 2006. Tradução: Luiz Alberto Monjardim.

Skocpol, Theda. (2015) *States and Social Revolutions. A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge University Press.

_____ (1995): *Why I am an Historical Institutional*. *Polity Forum*. Vol. XXVIII, n I.

Steinmo, Sven. (2008): ‘What is Historical Institutionalism?’, in: Della Porta, Donatella & Keating, Michael (eds) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tilly, Charles. (1978) *From mobilization to revolution*. Reading, Massachusetts, Addison-Wesley.

_____ (1996) *Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992*. São Paulo: Edusp. p.355 Tradução: Geraldo Gerson de Souza.

_____ (2009): *Why and How History Matters*. In Robert E. Goodin and Charles Tilly (eds). *The Oxford Handbooks of Political Science. The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press.